



Claudio Carneiro

# **PROCESSO TRIBUTÁRIO**

## **Administrativo e judicial**

4ª edição  
ampliada e atualizada

Contém modelos de peças  
e quadros sinóticos  
com resumo das principais ações tributárias

2013

 **Editora  
Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraivajur.com.br

## FILIAIS

### AMAZONAS/RONDÔNIA/ROREAMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

### BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotos

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

### BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

### DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

### MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

### PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

### RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567 — Porto Alegre

### SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

135.265.004.001

ISBN 978-85-02-19945-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carneiro, Claudio

Processo tributário — Administrativo e judicial /  
Claudio Carneiro. — 4. ed. ampl. e atual. — São Paulo :  
Saraiva, 2013.

## Bibliografia.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3.  
Processo administrativo tributário 4. Processo judicial  
tributário 5. Tributos - Teoria I. Pandolfo, Rafael. II.  
Brasil Júnior, Vicente. III. Título.

13-01274

CDU-347.9:336.2

## Índice para catálogo sistemático:

1. Processo tributário : Direito 347.9:336.2

*Diretor editorial* Luiz Roberto Curia

*Gerente de produção editorial* Lígia Alves

*Editor* Roberto Navarro

*Assistente editorial* Thiago Fraga

*Produtora editorial* Clarissa Boraschi Maria

*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Liana Ganiko Brito

Bernardete Rodrigues de Souza Maurício

*Arte e diagramação* Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Edson Colobone

*Revisão de provas* Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Regina Machado

*Serviços editoriais* Elaine Cristina da Silva

Vinicius Asevedo Vieira

*Capa* Aero Comunicação

*Produção gráfica* Marli Rampim

*Impressão* Bortini Gráfica

*Acabamento* Bortini Gráfica

**Data de fechamento da edição: 3-6-2013**

Dúvidas?

Acesse [www.saraivajur.com.br](http://www.saraivajur.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida  
por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da  
Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na  
Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

377672

# Sumário

<i>Prefácio</i> .....	19
<i>Apresentação à 2ª edição</i> .....	21
<i>Nota à 4ª edição</i> .....	23
<i>Nota à 3ª edição</i> .....	25
<b>Capítulo 1 – Aspectos Gerais do Processo Tributário</b> -----	<b>27</b>
1. Introdução .....	27
2. Processo e procedimento .....	28
3. Princípios aplicáveis ao processo .....	30
3.1. Princípios constitucionais .....	30
3.1.1. Princípios relacionados ao direito material tributário .....	30
3.1.2. Princípios relacionados às garantias fundamentais .....	32
3.1.3. Princípios relacionados à Administração Pública .....	33
3.1.4. Princípios relacionados ao processo .....	33
3.2. Princípios infraconstitucionais relacionados ao processo .....	34
3.3. Princípios específicos do Processo Administrativo Fiscal .....	34
3.4. Possibilidade de a Fazenda Pública ingressar em juízo para discutir decisão administrativa irreformável .....	41
3.5. A revisibilidade do lançamento e seus limites .....	42
3.5.1. Limites temporais .....	43
3.5.2. Limites objetivos .....	43
3.6. Princípios que norteiam o lançamento .....	44
<b>Capítulo 2 – Processo Administrativo Fiscal</b> -----	<b>53</b>
1. Classificação dos processos administrativos .....	53

2. Natureza jurídica do Processo Administrativo Fiscal .....	54
3. Processo Administrativo Fiscal (PAF) .....	56
3.1. Competência para regulamentação de normas sobre o PAF .....	56
3.2. Disciplina normativa .....	58
3.3. Modalidades do Processo Administrativo Fiscal .....	59
3.3.1. Processo tributário-administrativo não contencioso .....	59
3.3.1.1. Consulta administrativa .....	59
3.3.1.1.1. Efeitos da consulta .....	63
3.3.1.1.2. Da ineficácia da consulta .....	64
3.3.1.1.3. Da competência para a solução da consulta. ....	65
3.3.1.1.4. Da solução da consulta .....	66
3.3.1.1.5. Modelos de consulta .....	66
3.3.1.2. Denúncia espontânea .....	71
3.3.1.2.1. Denúncia espontânea e lançamento por homologação .....	72
3.3.1.2.2. Denúncia espontânea e obrigação acessória .....	74
3.3.1.2.3. Denúncia espontânea e parcelamento .....	76
3.3.1.2.4. Modelo de denúncia espontânea .....	79
3.3.2. Processo tributário administrativo contencioso .....	82
4. O processo administrativo federal .....	84
4.1. Unificação das Receitas e Lei n. 11.457/2007 .....	84
4.2. Fases do Processo Administrativo Fiscal contencioso no âmbito federal ...	84
4.2.1. Realização de lançamento .....	87
4.2.1.1. Auto de Infração .....	87
4.2.1.1.1. Da formalização do lançamento. ....	89
4.2.1.2. Lançamento complementar .....	90
4.2.1.3. Do segundo exame da escrita .....	91
4.2.1.4. Da competência para efetuar lançamento .....	91
4.2.2. Impugnação .....	92
4.2.3. Julgamento em primeira instância .....	95
4.2.3.1. Da competência .....	96
4.2.3.2. Do julgamento .....	96
4.2.4. Recurso voluntário ou de ofício .....	97
4.2.5. Julgamento em segunda instância .....	99
4.2.5.1. Do lançamento para impedir a decadência .....	100
4.2.5.2. Da competência .....	100

4.2.5.3. Da intimação do procurador da Fazenda Nacional .....	101
4.2.6. Recurso especial .....	102
4.2.7. Modelo de impugnação .....	104
4.2.8. Modelo de Recurso Voluntário (Área Federal) .....	109
4.2.9. Modelo de Recurso Especial .....	112
4.2.10. Inconstitucionalidade do depósito recursal e do arrolamento administrativo .....	113
4.3. Outros aspectos do Decreto n. 70.235/72 .....	116
4.4. A suspensão da fluência dos juros .....	131
5. O processo administrativo estadual .....	132
5.1. Advocatária .....	134
6. O processo administrativo municipal .....	135
7. Arrolamento administrativo de bens e direitos .....	136
8. Arrolamento sumário .....	138
9. Principais julgados do STF e STJ sobre o capítulo .....	145

### Capítulo 3 – Processo Judicial Tributário ----- 153

1. Breves considerações .....	153
2. As medidas de urgência em matéria tributária .....	153
2.1. Efeitos da sua concessão .....	154
2.2. Concessão de medida liminar em mandado de segurança .....	162
2.3. Efeitos da cassação da liminar .....	164
2.4. Concessão de tutela antecipada em outras ações judiciais .....	166
2.5. Antecipação de tutela contra o Poder Público .....	166
2.6. A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada ..	169
2.7. Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade .....	173
2.8. Possibilidade de concessão de tutela antecipada antes da contestação .....	177
2.9. Comentários ao art. 170-A do CTN .....	177
3. Ações exacionais .....	178
3.1. Execução fiscal .....	179
3.1.1. Evolução histórica da cobrança judicial do crédito .....	179
3.1.2. A execução fiscal e a Lei n. 11.382/2006 .....	180
3.1.3. Principais aspectos da execução fiscal .....	181
3.1.3.1. Legitimação ativa .....	183
3.1.3.2. Legitimação passiva e o redirecionamento da execução fiscal .....	185
3.1.3.2.1. Análise do art. 134 do CTN .....	186
3.1.3.2.2. Análise do art. 135 do CTN .....	193

3.1.3.3. Créditos tributários e não tributários .....	217
3.1.3.4. Inscrição em dívida ativa e recusa de CND .....	218
3.1.3.5. Termo de inscrição e substituição da CDA .....	223
3.1.3.6. Cancelamento da inscrição em dívida ativa .....	224
3.1.3.7. Presunção relativa da regularidade da inscrição .....	225
3.1.3.8. Garantia prestada por terceiro .....	225
3.1.3.9. Possibilidade de terceiro nomear bens .....	226
3.1.3.10. Remição .....	227
3.1.3.11. Execução por carta .....	227
3.1.3.12. Prova de fato negativo .....	229
3.1.3.13. Suspensão da prescrição .....	230
3.1.3.14. A Lei de Falências e Recuperação Judicial (n. 11.101/2005) .....	231
3.1.3.15. Da penhora <i>on-line</i> e do registro da penhora .....	234
3.1.3.16. Exceções .....	239
3.1.3.17. Intimação das partes .....	239
3.1.3.18. Reunião dos processos e competência para julgamento .....	242
3.1.3.19. Da citação .....	242
3.1.3.19.1. Citação pelo correio .....	245
3.1.3.19.2. Citação do ausente .....	246
3.1.3.19.3. Hipótese em que o executado não é localizado .....	246
3.1.3.20. Litisconsórcio e procuradores distintos .....	249
3.1.3.21. Extinção de execução fiscal de pequeno valor e a autonomia do ente federativo .....	250
3.1.3.22. Protesto da Certidão de Dívida Ativa .....	251
3.1.3.23. Prazo prescricional quinquenal para a cobrança de créditos tributários excluídos do Refis .....	254
3.1.3.24. Nulidade e ausência de suspensão da execução fiscal após a morte de devedor coobrigado .....	255
3.1.3.25. Interrupção da prescrição retroativa à propositura da execução fiscal ...	255
3.1.4. Participação do Ministério Público na execução fiscal e na ação civil pública em matéria tributária .....	256
3.1.5. Cobrança de crédito tributário na falência e na recuperação judicial .....	260
3.2. Medida cautelar fiscal .....	273
3.2.1. Modelo de Ação Cautelar Fiscal .....	275
3.2.2. Modelo de Contestação em Ação Cautelar Fiscal .....	276
4. Ações antiexacionais .....	277

4.1. Embargos à execução .....	278
4.1.1. Natureza jurídica dos embargos .....	282
4.1.2. Efeito suspensivo dos embargos .....	284
4.1.3. Substituição dos bens, fraude à execução fiscal, sucessão empresarial e a responsabilidade dos sócios .....	289
4.1.4. Alienação antecipada .....	297
4.1.5. Edital de arrematação .....	298
4.1.6. Do lugar do leilão .....	299
4.1.6.1. Comissão do leiloeiro e demais despesas .....	299
4.1.6.2. Da hipótese do segundo leilão .....	300
4.1.6.3. Conceito de preço vil .....	300
4.1.6.4. Reavaliação dos bens penhorados em execução fiscal .....	301
4.1.6.5. Validade da arrematação em processo de execução .....	301
4.1.6.6. Desistência de arrematação realizada na vigência da redação original dos arts. 694 e 746 do CPC .....	301
4.1.7. Responsabilidade do arrematante .....	302
4.1.8. O poder de adjudicação .....	303
4.1.8.1. Adjudicação e dação em pagamento .....	304
4.1.8.2. Adjudicação e remição .....	304
4.1.9. Garantia do juízo e objeção de pré-executividade .....	307
4.1.10. Avaliação dos bens e a respectiva impugnação .....	311
4.1.11. Do prazo para oposição dos embargos .....	311
4.1.12. Impugnação aos embargos .....	314
4.1.13. Da penhora .....	314
4.1.13.1. A ordem da penhora estabelecida no art. 11 da LEF .....	315
4.1.13.2. Penhora de títulos da dívida pública .....	316
4.1.13.3. Da penhora <i>on-line</i> e do registro da penhora .....	317
4.1.13.4. Da importância da intimação da penhora .....	318
4.1.13.5. Intimação do cônjuge se a penhora recair sobre bens imóveis .....	322
4.1.13.6. Bem de família e a regra da impenhorabilidade .....	326
4.1.14. Embargos de terceiro e adquirente de boa-fé .....	331
4.1.15. Desistência dos embargos e honorários .....	332
4.1.16. Embargos e garantia parcial .....	333
4.1.17. Modelo de Embargos à Execução. ....	334
4.2. Objeção de pré-executividade ou exceção de pré-executividade .....	335

4.2.1. Conceito .....	335
4.2.2. Origem e surgimento da exceção de pré-executividade .....	337
4.2.3. Conexão de ações e reunião dos processos para julgamento simultâneo ..	338
4.2.4. Aspectos processuais .....	340
4.2.5. Honorários e sucumbência .....	343
4.2.6. Modelo de Objeção de Pré-executividade .....	350
4.3. Mandado de segurança individual .....	352
4.3.1. Histórico e disciplina normativa .....	352
4.3.2. A discussão quanto ao mandado de segurança “preventivo”, “repressivo” e “contra lei em tese” .....	355
4.3.3. Impossibilidade de dilação probatória .....	358
4.3.4. Objeto e cabimento .....	359
4.3.5. Impossibilidade do mandado de segurança e principais súmulas do STF e do STJ .....	361
4.3.6. Prazo .....	364
4.3.7. Legitimação .....	365
4.3.7.1. Legitimação ativa .....	365
4.3.7.2. Legitimação passiva .....	366
4.3.7.2.1. Autoridade coatora .....	369
4.3.8. Liminar .....	376
4.3.8.1. Natureza da liminar em mandado de segurança .....	377
4.3.8.2. Vedação para a concessão de liminar .....	378
4.3.8.3. Liminar e depósito .....	379
4.3.8.4. Liminar em mandado de segurança preventivo e possibilidade de lança- mento .....	381
4.3.8.5. Suspensão da liminar e suspensão de segurança .....	382
4.3.8.6. Da decisão que conceder ou denegar a medida liminar e da sentença ...	384
4.3.8.7. Liminar e compensação de tributos .....	386
4.3.9. Efeitos (suspensivo e devolutivo) e coisa julgada .....	388
4.3.10. Análise da Súmula 239 do STF .....	390
4.3.11. Tabela comparativa entre a lei antiga e a atual .....	391
4.3.12. Modelo de Petição Inicial de Mandado de Segurança .....	400
4.4. Mandado de segurança coletivo .....	402
4.5. Ação cautelar .....	404
4.5.1. Ação cautelar de caução .....	405
4.6. Ação monitória .....	406



4.7. Ação de consignação em pagamento .....	408
4.7.1. Fundamento legal .....	408
4.7.2. Cabimento .....	408
4.7.3. Legitimação ativa e passiva .....	414
4.7.4. Efeitos .....	416
4.7.5. Hipótese de consignação administrativa .....	417
4.7.6. Alguns julgados sobre o tema .....	417
4.7.7. Modelo de Ação de Consignação em Pagamento .....	425
4.8. Ação declaratória .....	426
4.8.1. Objeto .....	427
4.8.2. Distinção entre a ação declaratória negativa e a constitutiva negativa ....	429
4.8.3. Legitimação .....	429
4.8.4. Execução da sentença declaratória .....	430
4.8.5. Efeitos da coisa julgada na ação declaratória .....	431
4.8.6. Consequências da ação declaratória no processo administrativo .....	433
4.8.7. Julgados sobre o tema .....	433
4.8.8. Valor da causa .....	438
4.8.9. Modelo de Ação Declaratória .....	438
4.9. Ação anulatória .....	440
4.9.1. Objeto .....	440
4.9.2. Ação anulatória “clássica” e a ação anulatória do art. 169 do CTN .....	441
4.9.3. Legitimidade .....	442
4.9.4. O depósito integral como pressuposto de admissibilidade da ação anulatória	443
4.9.5. Distinção entre a consignação e o depósito na ação anulatória .....	444
4.9.6. Possibilidade de conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal .....	444
4.9.7. Prescrição .....	448
4.9.8. Julgados sobre o tema .....	449
4.9.9. Modelo de Ação Anulatória .....	450
4.10. Ação de repetição de indébito .....	452
4.10.1. Objeto .....	452
4.10.2. Formas de repetir o indébito .....	455
4.10.3. Repetição de indébito e compensação .....	456
4.10.4. Distinção entre a compensação no Direito Civil e no Direito Tributário . . .	458
4.10.5. Compensação entre tributo e multa .....	463
4.10.6. A repetição de indébito e o sistema do precatório em matéria tributária .	463
4.10.7. Legitimação .....	471

4.10.7.1. Ativa .....	471
4.10.7.2. Passiva .....	477
4.10.8. Prescrição .....	478
4.10.9. Repetição de tributos inconstitucionais .....	481
4.10.10. Valor da restituição .....	481
4.10.11. Efeitos da sentença .....	485
4.10.12. Requisitos para a devolução .....	486
4.10.13. Comentários ao art. 170-A do CTN .....	487
4.10.14. Comentários ao art. 169 do CTN .....	488
4.10.15. Julgados sobre o tema .....	490
4.10.16. Modelo de Ação de Repetição de Indébito .....	493
5. Ação rescisória .....	495
5.1. Análise da Súmula 343 do STF .....	498
5.2. Do prazo .....	505
6. Juizados Especiais de Fazenda Pública e Juizado Especial Federal .....	507
6.1. Modelo de Petição Junto ao Juizado Especial Federal .....	513

## Capítulo 4 – Ações Constitucionais e a Uniformização da Jurisprudência - 515

1. Introdução .....	515
2. Ação civil pública .....	515
3. Mandado de segurança .....	523
4. Mandado de injunção e <i>habeas data</i> .....	523
5. Ação popular .....	524
6. O controle de constitucionalidade no Brasil .....	526
6.1. Formas de inconstitucionalidade .....	526
6.2. Formas de controle .....	527
6.3. Espécies .....	527
6.4. Natureza da decisão .....	536
6.5. Ações de controle de constitucionalidade na seara tributária .....	536
7. O art. 518, § 1º, do CPC – a súmula impeditiva de recurso de apelação .....	538
8. O art. 557 e § 1º-A do CPC .....	539
9. Os arts. 543-B e 543-C do CPC – repercussão geral (STF) e recurso repetitivo (STJ) .....	540
10. Uniformização de jurisprudência .....	542
10.1. O art. 555, § 1º, do CPC .....	543
10.2. A súmula vinculante do STF .....	544

Capítulo 5 – Prescrição e Decadência .....	547
1. Breves considerações .....	547
2. Decadência .....	549
2.1. Regra geral: art. 173, I, do CTN .....	549
2.2. Art. 173, II, do CTN .....	550
2.3. Art. 173, parágrafo único, do CTN .....	552
2.4. Art. 150, § 4º, do CTN .....	553
2.4.1. Não ocorrendo pagamento .....	554
2.4.2. Ocorrendo pagamento antecipado .....	554
2.4.3. Quando houver dolo, fraude e simulação .....	555
3. Prescrição .....	556
3.1. Suspensão e interrupção da prescrição .....	558
3.2. A prescrição intercorrente no Direito Tributário .....	559
<i>Referências bibliográficas</i> .....	563
ANEXOS .....	569
I – Súmulas do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais .....	569
II – Quadros Sinóticos de Elaboração de Peças Processuais .....	579
III – Modelos de Recursos: agravo de instrumento, embargos declaratórios, apelação, recurso especial e recurso extraordinário. ....	594